



Carta Aberta ao Governo

Pela publicação imediata dos Acordos assinados

O contínuo bloqueio à publicação dos Acordos Colectivos de Entidade Empregadora Pública (ACEEP), instrumentos fundamentais para a definição das regras laborais aplicáveis a milhares de trabalhadores, viola todos os princípios de um Estado de Direito Democrático e revela claramente a atitude autoritária e arrogante de um Governo que quer impor o trabalho a preços de saldo e sem direitos aos trabalhadores da Administração Pública / Administração Local, lançando mão de todos os instrumentos ao seu alcance, inventando “leis”, “normativos”, “pedidos de clarificação” ou outros que tais, como é o caso do pedido de parecer solicitado ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República (CC-PGR).

Pedido este solicitado pelo Governo em Fevereiro de 2014, e emitido no final de Maio mas que, agora, já em Agosto, ainda não foi divulgado, pese embora as acções judiciais nesse sentido que entretanto foram movidas ao Governo!

O STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins considera inaceitável toda a actuação do Governo em relação à não publicação em Diário da República dos ACEEP celebrados com cerca de meio milhar de entidades empregadoras públicas da administração local, que abrangem vários milhares de trabalhadores!

Este sindicato exige que o Governo mande publicar os Acordos, garantindo o pleno respeito pela Constituição da República Portuguesa, pela autonomia do Poder Local Democrático e da contratação colectiva, pois os milhares de trabalhadores que representam tendo visto os seus municípios, freguesias ou outras entidades públicas a celebrar ACEEP mantendo o período normal de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais merecem e exigem que os seus direitos sejam respeitados!

Questiona, também, o governo sobre o estado de um processo que tem implicações na vida de milhares de trabalhadores, porquanto o Governo teve já tempo mais do que suficiente para interpretar o referido parecer e assumir uma posição clara e definitiva. Lembra-se que o Governo assumiu em Fevereiro passado que o parecer da Conselho Consultivo estaria pronto em 60 dias e já se passaram cerca de 180!

É inaceitável e de má-fé que o teor do mesmo não seja do conhecimento deste Sindicato, o que denota uma tremenda falta de respeito pelos trabalhadores e pela autonomia do Poder Local Democrático, atitude recorrente deste Governo, especialmente tendo em conta que o mesmo Governo afirmou que o parecer seria a panaceia indispensável para a resolução do bloqueio da contratação colectiva na Administração Local!

E afirmou-o, inclusivamente, na Assembleia da República, na precisamente chamada “Casa da Democracia”, pela boca do Ministro Poiares Maduro, jurando então reconhecer a autonomia do Poder Local e curvar-se ao teor desse parecer, pelo que resta saber qual é o conceito de democracia destes governantes, em face do jogo sujo que continuam a fazer!

Pelo exposto, o STAL exige o imediato desbloqueamento dos processos de depósito e publicação dos ACEEP negociados, na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, da autonomia do Poder Local Democrático e da salvaguarda dos interesses das populações, reafirmando que não baixarão os braços na luta por mais e melhores serviços públicos, prestados por trabalhadores motivados e com direitos, consagrados na lei e na contratação colectiva.

Lisboa, 1 de Agosto de 2014

A Direcção Nacional do STAL